

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma delegação do PCP, na qual estava integrada a Deputada eleita pelo círculo eleitoral de Braga, reuniu com trabalhadores que exercem funções para uma empresa que presta serviços na Unidade Local de Saúde do Alto Minho, tendo sido informada de um conjunto de atropelos aos direitos dos trabalhadores.

De acordo com as informações prestadas, a empresa prestadora de serviços pratica salários diferentes a trabalhadores que exercem as mesmas funções e pressiona e chantageia os trabalhadores para não gozarem os direitos de maternidade/parentalidade. E, no caso das mulheres lactantes pressiona para que não gozem a redução de horário prevista. Foi também mencionado que a empresa recorre a trabalho precário, estando trabalhadores contratados a recibos verdes, contratos a termo apesar de as necessidades serem permanentes.

Segundo os dados prestados, estarão nesta situação cerca de 40 trabalhadores das mais diversas profissões de saúde, assistentes operacionais e técnicos, assim como técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

A Unidade Local de Saúde do Alto Minho concessionou há vários anos o serviço de imagiologia, situação que desde a primeira hora o PCP condenou.

A externalização de serviços públicos, a precariedade e o desrespeito dos direitos dos trabalhadores a ela associados são inseparáveis da responsabilidade de sucessivos governos que optaram por privatizar serviços e generalizar a precariedade.

A valorização do trabalho e o reforço dos direitos dos trabalhadores é condição indispensável para a qualidade dos serviços públicos e para o rumo de progresso e justiça social.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a avaliação que o Governo faz da situação acima descrita, nomeadamente, dos vários atropelos aos direitos dos trabalhadores?
2. Que avaliação faz o Governo da situação descrita, mormente, da pressão e chantagem para limitar os direitos de maternidade e parentalidade?
3. Observando-se tal prática, reconhece que a mesma desrespeita o direito à proteção da parentalidade?
4. Que medidas vão ser tomadas pelo Governo de molde a que sejam cumpridos e respeitados os direitos de parentalidade a todos os trabalhadores?

Palácio de São Bento, 6 de março de 2019

Deputado(a)s

CARLA CRUZ(PCP)